

Gonçalves avisa a governadores que política monetária será mantida

Arquivo



Gonçalves: 'controle vai continuar'

BRASÍLIA — O Governo não vai atender aos apelos dos governadores, que defendem a retomada imediata do crescimento da economia através de um abrandamento da política monetária e do aumento dos gastos públicos. O secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Gonçalves, disse ontem que enquanto não estiverem resolvidos os problemas fiscais, com equilíbrio estrutural entre receitas e despesas públicas, não há como se afrouxar o controle monetário, para oxigenar a economia e, assim, permitir seu crescimento.

— O Governo Federal também deseja o crescimento da economia, mas por enquanto não pode correr riscos — afirmou o secretário.

Gonçalves afirmou ainda que aumentar gastos e reduzir as taxas de juros, sem que isso seja compensado pelo fortalecimento da política fiscal, seria correr o

sério risco de gerar mais inflação. O secretário explica que a batalha para resolver os problemas fiscais está sendo enfrentada basicamente em duas frentes. Em primeiro lugar, o Governo espera que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida pela constitucionalidade do Finsocial. A outra ponta da questão é a reforma tributária, cujo projeto deverá ser enviado ao Congresso até agosto.

Na estratégia do Ministério da Economia, recuperando-se as receitas do Finsocial, que atende basicamente aos programas de saúde, educação, previdência e da ação social, e estando bem encaminhada a discussão sobre a reforma tributária, o Banco Central terá maior liberdade para manejar a política de juros. Segundo Gonçalves, a flexibilização dos juros poderá ocorrer no início do segundo semestre, quando o Governo acredita que terá uma avaliação mais segura

sobre as chances de o Congresso aprovar uma reforma fiscal satisfatória.

O aumento das despesas decorrentes do reajuste escalonado de 80% para os funcionários públicos, civis e militares, não vai comprometer o equilíbrio das finanças públicas, de acordo com o secretário. Gonçalves revelou que a receita tributária este mês deverá ser da ordem de Cr\$ 7 trilhões, contra Cr\$ 5,4 trilhões no mês passado, e Cr\$ 3,5 trilhões em fevereiro. A folha salarial deste mês é de Cr\$ 2,1 trilhões, contra Cr\$ 1,9 trilhão em março e Cr\$ 1,6 trilhão em fevereiro. Com aumento de 30% em maio, a despesa adicional será da ordem de Cr\$ 600 bilhões.

De acordo com o secretário executivo, o crescimento regular da receita, provocado até mesmo por efeito da inflação, será suficiente para bancar as despesas com o aumento dos funcionários.